

## IMPUGNAÇÃO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046.2024-DIV  
Processo nº PE046.2024-DIV**

A empresa **AJ SERVIÇOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no cnpj/mf sob o **nº 40.910.360/0001-45** com sede na Travessa Aloisio Viana Moreira, 50, centro, Paracuru-ce, neste ato representado por seu representante legal, o **Sr. Jonadaby de Castro Alves**, sócio administrador, portador do rg nº 2001099033444 ssp/ce e cpf 034.185.363-10, vem a vossa honrosa presença interpor a presente impugnação, contra o edital acima referenciado, e o faz pelos articulados fáticos e jurídicos adiante expostos, especialmente com base nas normas reguladoras que disciplinam as licitações públicas, (lei nº 14.133/2021), **conforme item 14.1. do edital, bem como nos normativos que estabelecem regras para o regular funcionamento de uma empresa controladora de pragas (rdc n. 622, de 9 de março de 2022).**

Senhor pregoeiro e equipe de coordenação de compras e licitações, a licitação tem como escopo a garantia da observância do princípio da isonomia (consagrado no art. 5º, caput, da constituição federal, pelo qual todos são iguais perante a lei) e a escolher a proposta mais vantajosa para administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.

Nas exigências contidas no edital, observa-se ausência de alguns documentos de **qualificação técnica imprescindíveis para uma empresa especializada nos serviços de controle de pragas**. Verificamos que no edital em epígrafe, a qualificação técnica resume-se apenas apresentação de atestado de capacidade técnica. Portanto solicitamos que seja incluído os documentos conforme estabelecem na própria RDC Nº. 622, de 9 de março de 2022. As exigência listadas abaixo é indispensável; senão vejamos:

**Travessa Aloisio Viana Moreira, 50**

40.910.360/0001-45

📞 85 8194-0454

✉️ @ajserviços

- 1) Registro junto à autoridade Sanitária competente ou congênere do município sede da licitante, em vigor, conforme **RESOLUÇÃO – RDC Nº 622, DE 09 DE MARÇO DE 2022 – ANVISA**;
- 2) Licença de operação/anuênciia, emitida pela autoridade Ambiental competente ou congênere do município sede da licitante, em vigor, conforme **RESOLUÇÃO – RDC Nº 622, DE 09 DE MARÇO DE 2022 – ANVISA**;
- 3) Certificado de Vistoria Veicular, emitido por autoridade **SANITÁRIA** competente, comprovando que a empresa possui veículo adequado para o transporte de produtos domissanitários nos termos do **Artigo 13 da RDC nº 622/2022 – ANVISA**;
- 4) Apresentar P.P.R.A (Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais), e P.C.M.S.O (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), POP (Procedimento Operacional Padrão) e demais laudos referentes à segurança e saúde do trabalhador, pertinentes às atividades realizadas, ambos atualizados e assinados pelos médicos e engenheiros responsáveis.
- 5) Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente, afeto à categoria do respectivo Responsável Técnico para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da **RESOLUÇÃO – RDC Nº 622, DE 09 DE MARÇO DE 2022 – ANVISA**;
- 6) Comprovação da capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela respectiva entidade profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica (Certidão de Acervo Técnico ou documento equivalente) relativo à execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº8.077, de 2013, e **RESOLUÇÃO – RDC Nº 622, DE 09 DE MARÇO DE 2022 – ANVISA**

**Travessa Aloisio Viana Moreira, 50**

40.910.360/0001-45

📞 85 8194-0454

✉️ @ajserviços

A recorrente mostra-se irresignada por entender que a não exigência das prerrogativas legais estabelecidas nos normativos referenciados na **RDC nº. 622, de 9 de março de 2022, como condição HABILITATÓRIA, atraem empresas ilegais para o certame**, o que obviamente coloca em situações desiguais as empresas que estão documentadas legalmente, portanto o presente certame não pode prosperar da forma como se apresenta, visto que eivado de ilegalidade absoluta.

Observemos, nobre pregoeiro(as) e membros da equipe de licitação, que os normativos acima elencados visam somente a **proteção do meio ambiente e a saúde do consumidor e dos aplicadores que farão uso dos saneantes e desinfetantes**. Assim, sendo, e com base nas regras explicitadas, devem ser feitas as adequações, seja contemplado de forma ampla. Assim, conforme o artigo 161, da lei. 14.133, se o edital não estiver em conformidade com a lei, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital por irregularidade, desde que seja apresentado tempestivamente. Portanto, invocando-se a observância dos princípios elencados contidos no art. 3º do referido diploma legal, têm-se que, pelas razões expostas devidamente fundamentadas e pelo teor das disposições do edital em epígrafe, diante das falhas apresentadas no mencionado edital, e com base nos argumentos técnicos e jurídicos acima explícitos, razões pelas quais requer-se, **QUE SEJA DADO PROVIMENTO A PRESENTE IMPUGNAÇÃO**, jugando procedente as razões apresentadas e realizando as inclusões das exigências abaixo:

- 7) Registro junto à autoridade Sanitária competente ou congêneres do município sede da licitante, em vigor, conforme **RESOLUÇÃO – RDC Nº 622, DE 09 DE MARÇO DE 2022 – ANVISA**;
- 8) Licença de operação/anuência, emitida pela autoridade Ambiental competente ou congêneres do município sede da licitante, em vigor, conforme **RESOLUÇÃO – RDC Nº 622, DE 09 DE MARÇO DE 2022 – ANVISA**;
- 9) Certificado de Vistoria Veicular, emitido por autoridade **SANITÁRIA** competente, comprovando que a empresa possui veículo adequado para o transporte de produtos domissanitários nos termos do **Artigo 13 da RDC nº 622/2022 – ANVISA**;
- 10) Apresentar P.P.R.A (Programa de Prevenção dos Riscos Ambientais), e P.C.M.S.O (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), POP (Procedimento Operacional Padrão) e demais laudos referentes à segurança e saúde do trabalhador, pertinentes às atividades realizadas, ambos atualizados e assinados pelos médicos e engenheiros responsáveis.

**Travessa Aloisio Viana Moreira, 50**

40.910.360/0001-45

📞 85 8194-0454

✉️ @ajservicos

- 11) Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente, afeto à categoria do respectivo Responsável Técnico para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da RESOLUÇÃO – RDC Nº 622, DE 09 DE MARÇO DE 2022 – ANVISA;**
- 12) Comprovação da capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela respectiva entidade profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica (Certidão de Acervo Técnico ou documento equivalente) relativo à execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RESOLUÇÃO – RDC Nº 622, DE 09 DE MARÇO DE 2022 – ANVISA**

Paracuru – CE, 15 de Agosto de 2024



**JONÁDABY DE CASTRO ALVES**  
CPF: 034.185.363-10  
DIRETOR ADMINISTRATIVO  
AJ SERVIÇOS LTDA.

**Travessa Aloisio Viana Moreira, 50**

40.910.360/0001-45

📞 85 8194-0454

✉️ @ajserviços



**Ministério da Saúde - MS**  
**Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**

**RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 622, DE 9 DE MARÇO DE 2022**

**(Publicada no DOU nº 51, de 16 de março de 2022)**

Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 187, VI, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve adotar a seguinte Resolução, conforme deliberado em reunião realizada em 9 de março de 2022, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES INICIAIS**

**Seção I**

**Objetivo**

Art. 1º Esta Resolução possui o objetivo de estabelecer diretrizes, definições e condições gerais para o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, visando ao cumprimento das Boas Práticas Operacionais, a fim de garantir a qualidade e segurança do serviço prestado e minimizar o impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes.

**Seção II**

**Abrangência**

Art. 2º Esta Resolução se aplica às empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, nos diversos ambientes, tais como indústrias em geral, instalações de produção, importação, exportação, manipulação, armazenagem, transporte, fracionamento, embalagem, distribuição, comercialização de alimentos, produtos farmacêuticos, produtos para saúde, perfumes, produtos para higiene e cosméticos para a saúde humana e animal, fornecedores de matéria-prima, áreas hospitalares, clínicas, clubes, shopping centers, residências e condomínios residenciais e comerciais, veículos de transporte coletivo, aeronaves, embarcações, aeroportos, portos, instalações aduaneiras e portos secos, locais de entretenimento e órgãos públicos e privados, entre outros.

Este texto não substitui o(s) publicado(s) em Diário Oficial da União.



**Ministério da Saúde - MS**  
**Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**

**Seção III**

**Definições**

Art. 3º Para efeito desta Resolução, são adotadas as seguintes definições:

I - Boas Práticas Operacionais: procedimentos que devem ser adotados pelas empresas especializadas a fim de garantir a qualidade e segurança do serviço prestado e minimizar o impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador de produtos saneantes desinfestantes;

II - controle de vetores e pragas urbanas: conjunto de ações preventivas e corretivas de monitoramento ou aplicação, ou ambos, com periodicidade minimamente mensal, visando impedir de modo integrado que vetores e pragas urbanas se instalem ou reproduzam no ambiente;

III - empresa especializada: pessoa jurídica devidamente constituída, licenciada pelos órgãos competentes da saúde e do meio ambiente, para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas;

IV - Equipamento de Proteção Individual (EPI): todo dispositivo de uso individual, de fabricação nacional ou estrangeira, destinado a preservar a saúde, a segurança e a integridade física do trabalhador;

V - licença ambiental ou termo equivalente: documento que licencia a empresa especializada a exercer atividade de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, que é concedida pelo órgão ambiental competente;

VI - licença sanitária ou termo equivalente: documento que licencia a empresa especializada a exercer atividade de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas, que é concedida pelo órgão sanitário competente;

VII - pragas urbanas: animais que infestam ambientes urbanos podendo causar agravos à saúde, prejuízos econômicos, ou ambos;

VIII - Procedimento Operacional Padronizado (POP): procedimento elaborado de forma objetiva pela empresa especializada, que estabelece instruções sequenciais para a realização de operações rotineiras e específicas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas;

IX - produtos saneantes desinfestantes de venda restrita a empresas especializadas: formulações prontas para o uso ou concentradas para posterior diluição ou outras manipulações autorizadas, em local adequado e por pessoal capacitado da empresa especializada imediatamente antes de serem utilizadas para aplicação;



**Ministério da Saúde - MS**  
**Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**

X - responsável técnico: profissional de nível superior ou de nível médio profissionalizante, com treinamento específico na área em que assumir a responsabilidade técnica, mantendo-se sempre atualizado, devidamente habilitado pelo respectivo conselho profissional, que é responsável diretamente: pela execução dos serviços; treinamento dos operadores; aquisição de produtos saneanentes desinfestantes e equipamentos; orientação da forma correta de aplicação dos produtos no cumprimento das tarefas inerentes ao controle de vetores e pragas urbanas; e por possíveis danos que possam vir a ocorrer à saúde e ao ambiente;

XI - saneanentes desinfestantes: produtos registrados na Anvisa, destinados à desinfestação de ambientes urbanos, sejam eles residenciais, coletivos, públicos ou privados, que matam, inativam ou repelem organismos indesejáveis no ambiente, sobre objetos, superfícies inanimadas, ou em plantas. Incluem-se neste conceito os termos "inseticidas", "reguladores de crescimento", "rodenticidas", "moluscicidas" e "repelentes"; e

XII - vetores: artrópodes ou outros invertebrados que podem transmitir infecções, por meio de carreamento externo (transmissão passiva ou mecânica) ou interno (transmissão biológica) de microrganismos.

## **CAPÍTULO II**

### **REQUISITOS PARA FUNCIONAMENTO**

#### **Seção I**

##### **Requisitos Gerais**

Art. 4º A empresa especializada somente pode funcionar depois de devidamente licenciada junto à autoridade sanitária e ambiental competente.

Parágrafo único. A empresa instalada em cidade que não possua autoridade sanitária e ambiental competente municipal está obrigada a solicitar licença junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.

Art. 5º A contratação de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente pode ser efetuada com empresa especializada.

Art. 6º Para a prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas somente podem ser utilizados os produtos saneanentes desinfestantes de venda restrita a empresas especializadas, ou de venda livre, devidamente registrados na Anvisa.



**Ministério da Saúde - MS**  
**Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**

**Seção II**

**Responsabilidade Técnica**

Art. 7º A empresa especializada deve ter um responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro deste profissional junto ao respectivo conselho.

§ 1º Considera-se habilitado para a atividade de responsabilidade técnica, o profissional que possua comprovação oficial da competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional.

§ 2º A empresa especializada deve possuir registro junto ao conselho profissional do seu responsável técnico.

**Seção III**

**Instalações**

Art. 8º As instalações da empresa especializada são de uso exclusivo, sendo vedada a instalação do estabelecimento operacional em prédio ou edificação de uso coletivo, seja comercial ou residencial, atendendo às legislações relativas à saúde, segurança, ao ambiente e ao uso e ocupação do solo urbano.

Art. 9º As instalações operacionais devem dispor de áreas específicas e adequadas para armazenamento, diluição ou outras manipulações autorizadas para saneantes desinfestantes e vestiário para os aplicadores, com chuveiro e local para higienização dos EPI.

Art. 10. A licença sanitária deve ser afixada em local visível ao público.

Art. 11. A empresa especializada deve ter letreiro em sua fachada indicando seu nome de fantasia, os serviços prestados e o número da licença sanitária.

**Seção IV**

**Manipulação e Transporte**

Art. 12. Todos os procedimentos de diluição ou outras manipulações autorizadas para produtos saneantes desinfestantes, da técnica de aplicação, da utilização e manutenção de equipamentos, de transporte, de destinação final e outros procedimentos técnicos ou operacionais, devem estar descritos e disponíveis na forma de Procedimentos Operacionais Padronizados (POP), inclusive com informações sobre o que fazer em caso de acidente, derrame de produtos químicos, saúde, biossegurança e saúde do trabalhador, sem prejuízo da legislação vigente.



**Ministério da Saúde - MS**  
**Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**

Art. 13. Os veículos para transporte dos produtos saneantes desinfestantes e equipamentos devem ser dotados de compartimento que os isolem dos ocupantes, devendo ser de uso exclusivo para atividade de controle de vetores e pragas urbanas e atender às exigências legais para o transporte de produtos perigosos.

Parágrafo único. O transporte dos produtos e equipamentos não pode ser feito por meio de veículos coletivos em hipótese alguma, independentemente de quantidades, distâncias ou formulações.

## Seção V

### **Inutilização e Descarte das Embalagens**

Art. 14. A empresa especializada deve retornar as embalagens vazias ao seu estabelecimento operacional logo após o seu uso, para inutilização e descarte.

Art. 15. O destino das embalagens dos produtos saneantes desinfestantes de uso restrito a empresas especializadas é de responsabilidade do seu respectivo fabricante/importador.

Art. 16. A empresa especializada fica obrigada a devolver as embalagens, no prazo máximo de um ano da data de compra dos respectivos produtos, aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados e previamente licenciados pelo órgão estadual competente.

§ 1º Caso essa devolução não ocorra, a responsabilidade pelo destino passa a ser da empresa especializada que deve guardar os comprovantes da referida destinação.

§ 2º O estabelecimento que as receber deve fornecer à empresa especializada documento comprobatório de recebimento das embalagens.

Art. 17. A empresa especializada fica obrigada a inutilizar as embalagens dos produtos saneantes desinfestantes antes de sua devolução aos estabelecimentos onde foram adquiridas, ou em postos ou centrais de recebimento por eles conveniados.

Art. 18. As embalagens laváveis dos produtos saneantes desinfestantes devem ser submetidas à tríplice lavagem antes de sua devolução, devendo a água ser aproveitada para o preparo de calda ou inativada, conforme instruções contidas na rotulagem ou por orientação técnica do fabricante do produto e do órgão competente.

Parágrafo único. As embalagens vazias de produtos que não apresentam solubilidade em água não devem passar por tríplice lavagem, devendo a empresa especializada seguir as orientações do fabricante e as legislações vigentes.



**Ministério da Saúde - MS**  
**Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**

**Seção VI**

**Comprovação do Serviço**

Art. 19. A empresa especializada deve fornecer ao cliente o comprovante de execução de serviço contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome do cliente;

II - endereço do imóvel;

III - praga(s) alvo;

IV - data de execução dos serviços;

V - prazo de assistência técnica, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;

VI - grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

VII - nome e concentração de uso do(s) produto(s) eventualmente utilizado(s);

VIII - orientações pertinentes ao serviço executado;

IX - nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;

X - número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e

XI - identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

Art. 20. Quando a aplicação ocorrer em prédios de uso coletivo, comercial ou de serviços, a empresa especializada deve afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças sanitária e ambiental.

Art. 21. Toda e qualquer nota fiscal de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas somente é válida se for emitida por pessoa jurídica de direito privado, ficando vedada a compra de nota fiscal avulsa por pessoa física junto às Secretarias de Finanças (ou órgão semelhante) das Prefeituras Municipais, para os fins de comprovação de prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.



**Ministério da Saúde - MS**  
**Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**

**Seção VII**

**Propaganda**

Art. 22. Sem prejuízo do disposto no artigo 58, §2º, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, toda e qualquer forma de propaganda de empresa especializada deve conter claramente a identificação dela nos órgãos licenciadores competentes, bem como o número de sua licença, bem como observado as seguintes proibições:

I - não provocar temor, angústia ou utilizar expressões ou imagens sugerindo que a saúde das pessoas será ou poderá ser afetada por não usar produtos ou prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas;

II - não publicar mensagens tais como: "Aprovado", "Recomendado por especialista", "Demonstrado em ensaios científicos", "Publicidade aprovada pela Vigilância Sanitária", "Ministério da Saúde" ou órgão congênere Estadual, Municipal e Distrital, exceto nos casos especificamente determinados pela Anvisa; e

III - não sugerir ausência de efeitos adversos à saúde humana ou utilizar expressões tais como: "inócuo", "seguro", "atóxico" ou "produto natural", exceto nos casos em que tais expressões estejam registradas na Anvisa.

**CAPÍTULO III**

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 23. O descumprimento das determinações desta Resolução constitui infração de natureza sanitária sujeitando o infrator a processo e penalidades previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, ou instrumento legal que venha a substituir, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil cabíveis.

Art. 24. Ficam revogadas:

I - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 204, de 26 de outubro de 2009, Seção 1, pág. 61; e

II - Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 20, de 12 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 90, de 13 de maio de 2010, Seção 1, pág. 62.

Art. 25. Esta Resolução entra em vigor em 1º de abril de 2022.

**ANTONIO BARRA TORRES**



**ESTADO DO CEARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE PARACURU**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

GOVERNANDO COM O Povo.



**ALVARÁ**  
**LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO**

ANO	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	No. DO ALVARÁ	DATA VALIDADE
2024	562165	2	03/01/2025

**IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO**

AJ SERVICOS LTDA

AJ SERVICOS

DOCUMENTO C.N.P.J.: 40.910.360/0001-45

ENDEREÇO DO DOMICÍLIO FISCAL	TIPO DE EMPRESA
TV ALOISIO VIANA MOREIRA Bairro: CENTRO - Cidade PARACURU CEP 62680000	MICRO EMPRESA
	No. do Processo

CÓDIGO	ATIVIDADE
481	Imunização e controle de pragas urbanas

CNAE
8122200 Imunização e controle de pragas urbanas

CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO	Base Calculo	VALOR DO TRIBUTO
Horário de Funcionamento	AREA	
07:00 ÁS 22:00HS.	86 , 36	235 , 19

INFORMAÇÕES/OBSERVAÇÕES/RESTRIÇÕES
LEI 1.546 de 14 de Abril 2015

**OBSERVAÇÕES**

O ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LUGAR VISÍVEL EM CASO DE ATIVIDADE ESTABELECIDA,  
APRESENTADO PELO CONTRIBUINTE QUANDO NÃO ESTABELECIDO E RENOVADO ANUALMENTE

PARACURU, 03 de Janeiro de 2024

GOVERNO MUNICIPAL DE PARACURU

**CÓD. DE VALIDAÇÃO 0022C256A00000562165**

Para verificar a autenticidade deste Alvará, acesse o site [www.paracuru.ce.gov.br](http://www.paracuru.ce.gov.br)

**PROCURAR A PREFEITURA QUANDO:**

1. Não receber o carnê de Licença e Funcionamento
2. Mudar de Endereço
3. Mudar de Atividade
4. Mudar Razão Social
5. Encerrar a Atividade da Empresa



**ESTADO DO CEARÁ**  
**GOVERNO MUNICIPAL DE PARACURU**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

**ALVARÁ**  
**ALVARÁ SANITÁRIO**

ANO	INSCRIÇÃO MUNICIPAL	No. DO ALVARÁ	DATA VALIDADE
2024	562165	6	03/01/2025

**IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO**

AJ SERVICOS LTDA

AJ SERVICOS

DOCUMENTO C.N.P.J.: 40.910.360/0001-45

ENDEREÇO DO DOMICÍLIO FISCAL	TIPO DE EMPRESA
TV ALOISIO VIANA MOREIRA Bairro: CENTRO - Cidade PARACURU CEP 62680000	MICRO EMPRESA
	No. do Processo

CÓDIGO	ATIVIDADE
481	Imunização e controle de pragas urbanas

CNAE
8122200 Imunização e controle de pragas urbanas

CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO	Base Calculo	VALOR DO TRIBUTO
Horário de Funcionamento	AREA	99 , 30
	86 , 36	

**INFORMAÇÕES/OBSERVAÇÕES/RESTRICOES**

**OBSERVAÇÕES**

O ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LUGAR VISÍVEL EM CASO DE ATIVIDADE ESTABELECIDA,  
APRESENTADO PELO CONTRIBUINTE QUANDO NÃO ESTABELECIDO E RENOVADO ANUALMENTE

PARACURU, 03 de Janeiro de 2024

GOVERNO MUNICIPAL DE PARACURU

**CÓD. DE VALIDAÇÃO 0002C242A00000562165**

Para verificar a autenticidade deste Alvará, acesse o site [www.paracuru.ce.gov.br](http://www.paracuru.ce.gov.br)

**PROCURAR A PREFEITURA QUANDO:**

- 1. Não receber o carnê de Licença e Funcionamento
- 2. Mudar de Endereço
- 3. Mudar de Atividade
- 4. Mudar Razão Social
- 5. Encerrar a Atividade da Empresa

## CERTIFICADO DE VEICULO

Nº002/2024

RAZÃO SOCIAL

AJ SERVICOS LTDA

Nº DA SOLICITAÇÃO

002

NOME FANTASIA

AJ SERVICOS

ALVARÁ SANITÁRIA

06/2024

VALIDADE DO ALVARÁ

31/12/2024

CNPJ

40.910.360/0001-45

ENDEREÇO: TV ALOISIO VIANA MOREIRA,50 – CENTRO

PARACURU

CEP:62680-000



Declaramos para os devidos fins que a empresa possui o (s) veiculo(s) abaixo destinado(s) exclusivamente para o TRANSPORTE DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIO (S)

MARCA/MODELO	RENAVAN	PLACA
HYUNDAI/HB20 1.0 M COMFOR	01005259426	OSD0178

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

DENILSON RODRIGUES DA COSTA

OBSERVAÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO VENCE NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Paracuru,02 de janeiro de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACURU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
DEPTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
JOSÉ EDILBERTO MONTEIRO GOMES

Gerente do Núcleo de Vigilância Sanitária, Ambiental e Zoonoses



DETRAN- CE

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM

**01005259426**

PLACA	EXERCÍCIO
<b>OSD0178</b>	<b>2023</b>
ANO FABRICAÇÃO	ANO MODELO
<b>2014</b>	<b>2014</b>

NÚMERO DO CRV

**213159130460**



Validar este QRCode com app Vio

CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA

CAT

**51854156565**

\*\*\*

MARCA / MODELO / VERSÃO

**HYUNDAI/HB20 1.0M COMFOR**

ESPÉCIE / TIPO

**PASSAGEIRO AUTOMÓVEL**

PLACA ANTERIOR / UF | CHASSI

**OSD0878/CE 9BHBG51CAEP245113**

COR PREDOMINANTE | COMBUSTÍVEL

**PRETA ALCOOL/GASOLINA**

Documento emitido por Renavam-WS (27578ea1) em 21/12/2023 às 14:54:08.

OBSERVAÇÕES DO VEÍCULO

**SEM OBSERVAÇÕES**

MENSAGENS SENATRAN

Você Sabia?

Na Carteira Digital de Trânsito - CDT, você tem acesso ao CRLV, à CNH e ainda ganha desconto de 40% nas infrações, além de muitos outros serviços de trânsito, sem nenhum custo!

Leia o QR Code e baixe agora.



DISPONÍVEL NO  
Google Play



Baixar na  
App Store

CATEGORIA  
**PARTICULAR**

CAP

\* \*

POTÊNCIA/CILINDRADA

**80CV/998**

PESO BRUTO TOTAL

**1.42**

MOTOR

**F3LADU131959**

CMT

**1.82**

EIXOS

**2**

LOTAÇÃO

**05P**

CARROCERIA

**NÃO APLICAVEL**

NOME

**ARICIA JURANDY OLIVEIRA JUVENCIO ME**

CPF / CNPJ

**40.910.360/0001-45**

LOCAL

DATA

**PARACURU CE**

**12/09/2023**

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT

CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO
*	*	<input type="checkbox"/> COTA ÚNICA <input type="checkbox"/> PARCELADO
REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R\$)	CUSTO DO BILHETE (R\$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R\$)
*	*	*
REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R\$)	VALOR DO IOF (R\$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$)
*	*	*

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT



## CERTIFICADO DE VEICULO

Nº001/2024

### RAZÃO SOCIAL

AJ SERVICOS LTDA

### Nº DA SOLICITAÇÃO

001

### NOME FANTASIA

AJ SERVICOS

ALVARÁ SANITÁRIA

06/2024

VALIDADE DO ALVARÁ

31/12/2024

CNPJ

40.910.360/0001-45

ENDEREÇO: TV ALOISIO VIANA MOREIRA,50 – CENTRO

PARACURU

CEP:62680-000



Declaramos para os devidos fins que a empresa possui o (s) veiculo(s) abaixo destinado(s) exclusivamente para o TRANSPORTE DE PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIO (S)

MARCA/MODELO	RENAVAN	PLACA
MOTO BROS ES	00325612234	OCD8A72

RESPONSÁVEL PELA EMPRESA

DENILSON RODRIGUES DA COSTA

OBSERVAÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO VENCE NO DIA 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Paracuru,02 de janeiro 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACURU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

JOSÉ EDILBERTO MONTEIRO GOMES

Gerente do Núcleo de Vigilância Sanitária, Ambiental e Zoonoses

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN



DETAN-CE

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VÉHICULO - DIGITAL

CÓDIGO RENAVAM	
00325612234	
PLACA	EXERCÍCIO
OCD8A72	2023
ANO FABRICAÇÃO	ANO MODELO
2011	2011
NÚMERO DO CRV	
233805098758	



Validar este QRCode com app Vio

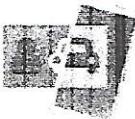
CÓDIGO DE SEGURANÇA DO CLA	CAT
87658813077	***
MARCA / MODELO / VERSÃO	
HONDA/NXR150 Bros ES	
ESPECIE / TIPO	
PASSEIETO MOTOCICLETA	
PLACA ANTERIOR / UF	CHASSI
OCD8072/CE	9C2KD0550BR557637
COR PREDOMINANTE	COMBUSTIVEL
PRETA	ALCOOL/GASOLINA

OBSERVAÇÕES DO VÉHICULO

SEM OBSERVAÇÕES

MENSAGENS DENATRAN

CARTEIRA  
DIGITAL DE  
TRÂNSITO



Para sua comodidade, você pode acessar este documento diretamente pelo seu celular. Baixe o aplicativo Carteira Digital de Trânsito - COT e tenha acesso ao licenciamento do seu veículo além de muitas outras funcionalidades.

- Consultar multas e pagar multas online diretamente
- Acessar a versão digital do CNH e emitir extrato online
- Acessar a versão digital das documentações do veículo
- Consultar o resultado das inspeções
- Iniciar o processo de licenciamento
- Baixar suas multas

DENATRAN

Baixe agora a Carteira Digital de Trânsito - COT nas lojas Google Play ou App Store e tenha na palma de sua mão todos os documentos para você conduzir seu veículo com tranquilidade e segurança!



CATEGORIA <b>PARTICULAR</b>	CAPACIDADE * * *		
POTÊNCIA/CILINDRADA	PESO BRUTO TOTAL		
OCV/149	0.28		
MOTOR	CMT	EIXOS	LOTAÇÃO
KD05E5B557637	* *	*	02P
CARROCERIA			
NAO APPLICAVEL			
NOME			
AJ SERVICOS LTDA			
CPF / CNPJ			
40.910.360/0001-45			
LOCAL	DATA		
PARACURU CE	28/08/2023		
ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN			
DADOS DO SEGURO DPVAT			
CAT. TARIF	DATA DE QUITAÇÃO	PAGAMENTO	
*	*	<input type="checkbox"/> COTA UNICA	<input type="checkbox"/> PARCELADO
REPASSE OBRIGATÓRIO AO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R\$)	CUSTO DO BILHETE (R\$)	CUSTO EFETIVO DO SEGURO (R\$)	
*	*	*	
REPASSE OBRIGATÓRIO AO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO (R\$)	VALOR DO IOP (R\$)	VALOR TOTAL A SER PAGO PELO SEGURADO (R\$)	
*	*	*	

INFORMAÇÕES DO SEGURO DPVAT



# AJ SERVIÇOS

CONTROLE DE PRAGAS E HIGIENIZAÇÃO

[@ajservicosltdaa](https://www.instagram.com/ajservicosltdaa)

85 98194-0454



## SERVIÇOS:

- DEDETIZAÇÃO
- SANITIZAÇÃO DE AMBIENTE
- HIGIENIZAÇÃO E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA
- INSTALAÇÃO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE AR CONDICIONADO

AJ  
CONTROL

(85) 98194-0454  
 @ajservicosltdaa

**AJ SERVIÇOS**  
CONTROLE DE PRAGAS E HIGIENIZAÇÃO  
 85 98194-0454  
 @ajservicosltdaa





## LICENÇA DE OPERAÇÃO Nº 07/2021

Validade: 01/05/2025

**REGULARIZAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente – SETUR, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Resolução COEMA 01 de 2016 e pela Lei 1.807, de 21 de Novembro de 2017, expede a presente Licença de Operação, que autoriza a:

Razão Social: AJ SERVICOS LTDA

CNPJ: 40.910.360/0001-45

Endereço: Tv Aloisio Viana Moreira, 50, Centro, Município Paracuru

**REGULARIZAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO REFERENTE A EMPRESA AJ SERVICOS LTDA, INSTALADO EM UM TERRENO COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 108,08 m<sup>2</sup> PARA FINS DE CONTROLE DE PRAGAS URBANAS E LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA.**

**NO ENDEREÇO: TV: ALOISIO VIANA MOREIRA, 50, CENTRO NO MUNICÍPIO DE PARACURU.**

**REVISÃO: SUBSTITUIÇÃO DA RAZÃO SOCIAL NESTA LICENÇA DIA 28.04.2023 E ALTERAÇÃO DA DESCRIÇÃO DE ATIVIDADE DIA 20.09.2023.**

**CONDICIONANTES:**

- Submeter à prévia análise da SETUR qualquer alteração que se faça necessária no empreendimento;
- Cumprir, rigorosamente, a legislação ambiental vigente no âmbito Federal, Estadual e Municipal;
- Adotar todas as medidas preventivas para evitar qualquer poluição ou risco ao meio ambiente;
- A SETUR, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medida de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença caso ocorra.
  - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
  - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição desta licença;
  - Graves riscos ambientais e de saúde;
- Manter esta Licença e demais documentos relativos ao cumprimento das condicionantes ora estabelecidas, disponíveis à fiscalização da SETUR;

Rua Antônio Sales, 195 – Bairro Centro CEP: 62680-000 Paracuru-CE, Brasil



- Afixar, no local do empreendimento, no prazo de 15 (Quinze) dias, placa indicativa do Licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução COEMA Nº 01, de 28 de Fevereiro de 2000, conforme modelo disponibilizado na SETUR, entregue anexo a essa Licença;
- Será garantida a SETUR o o acesso e a permanência a qualquer tempo e pelo tempo que se tornar necessário ao referido empreendimento, para a inspeção e fiscalização. (Arti. 67/Parágrafo Único e Art. 94§ 1º do Código Ambiental do Município).
- Solicitar renovação desta licença com antecedência mínima de 120 (Cento e vinte) dias do prazo de validade, conforme Resolução CONAMA nº237/97;
- Todos os resíduos sólidos deverão ser acondicionados em local apropriado e coberto após o processo seletivo, sendo direcionado à coleta pública municipal de acordo com NBR 10004/2004, com a Lei Federal 12.305/2010 e Lei Estadual nº 13.103/2001;
- Solicitar renovação desta licença com antecedência mínima de 120 dias (cento e vinte) dias do prazo de validade, conforme Resolução COEMA Nº 04/2012.
- Esta licença não contempla intervenção em Áreas de Preservação Permanente – APP, estando o interessado sujeito às sanções previstas na Lei Federal Nº 9605/1998 – Lei de Crimes Ambientais;
- A cada ano, atualizar os estudos ambientais da empresa, e quando renovar, apresentar os estudos dos anos renovados à SETUR. (Quando solicitado pela SETUR);
- A cada validade da licença, emitir um novo Estudo Ambiental.
- Expressamente proibido a deposição de resíduos de construção civil (RCC), canteiro de obras, materiais de construção em vias públicas e calçadas.
- Por medida de controle e combate a COVID-19, orientamos que a empresa contrate mão de obra local, evitando fluxo de pessoas de outros municípios.

Paracuru-CE, 01 de maio de 2021.

Sérgio Queiroz Silva  
Coord. de Licenciamento e Fiscalização Ambiental



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA  
**CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - 10ª REGIÃO**  
JURISDIÇÃO CEARÁ



**CERTIFICADO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA** Nº 4.710 VÁLIDO ATÉ 02 / 05 / 2025

CERTIFICAMOS que a Firma AJ SERVICOS LTDA-ME (DEDETIZADORA A. J. SERVIÇOS)

CNPJ: 40.910.360/0001-45 sediada a TRAVESSA ALOISIO VIANA MOREIRA, 50 CENTRO CEP: 62680-000

Cidade / Município PARACURU Estado CE com estabelecimento de SERVIÇOS  
situada a TRAVESSA ALOISIO VIANA MOREIRA, 50 CENTRO CEP: 62680-000 PARACURU CEARÁ explorando o ramo de  
SERVICOS AUXILIARES DIVERSOS

DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADO ANTERIORMENTE (LIMPEZA E DESINFECCAO DE RESERVATORIO)

DE AGUA (ITEM: 55.61) \*\*\*\*\*  
sob o número acima, de acordo com a Lei Nº 2.800 de 18 de Junho de 1956.

com atividade em IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS, ATIVIDADE

está registrada neste Conselho Regional de Química,

JOAO ALDESIO  
PINHEIRO  
HOLANDA:00214043304

Assinado de forma digital por  
JOAO ALDESIO PINHEIRO  
HOLANDA:00214043304  
Dados: 2024.05.02 09:02:02 -03'00'

Fortaleza, 02 de

MAIO de 2024

MARIA ALCIONE ALMEIDA  
CHAGAS:04673557387

Assinado de forma digital por MARIA  
ALCIONE ALMEIDA  
CHAGAS:04673557387  
Dados: 2024.05.02 09:02:22 -03'00'

VICE-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

SECRETÁRIO(A)

ESTE CERTIFICADO SÓ É VÁLIDO PARA O ESTABELECIMENTO LOCALIZADO NO ENDEREÇO ACIMA, DEVENDO SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL, NÃO CONSTITUINDO  
POR SI SÓ PROVA DE REGULARIDADE DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES JUNTO A ESTE C.R.Q.



DESDE 1983 CATALISANDO O  
DESENVOLVIMENTO DA QUÍMICA  
NO ESTADO DO CEARÁ

Espaço reservado para reconhecimento do Conselho Regional de Química 10<sup>a</sup>. Região  
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - 10<sup>a</sup> REGIÃO  
COMUNICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Nº 275 PÁG. 81 LV 08 ANOTADA 20/05/2024

VALIDADE DE 20/05/2024 ATÉ 20/05/2025

*José Adair Vilela Melo*  
Tereza Emilia Barreto Couto Carneiro

ASSESSORA TÉCNICA - CRQ-X

## COMUNICAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Esta Comunicação só terá efeito legal depois de aprovada em reunião, carimbada e assinada pela Assessora Técnica CRQ-X.

Ilmo. Sr. Presidente do CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - 10.<sup>a</sup> REGIÃO

Eu, DENILSON RODRIGUES DA COSTA, abaixo assinado,  
portador da carteira do CRQ Nº. 10400622 comungo que sou Responsável Técnico na  
Firma: AJ SERVIÇOS LTDA  
Registrada no CRQ - X sob o Nº. 4.710 CNPJ: 40.910.360/0001-45  
Localizada à TRAVESSA ALVÉSIO VIANA MOREIRA, 50, CENTRO  
No município de PARACURU/CE Estado do Ceará.  
Atividade de sua Responsabilidade Técnica \_\_\_\_\_

Assim, de acordo com o Art. 350 da CLT, solicita as devidas anotações em sua ficha profissional.

Em, 13 de maio de 2024.

Documento assinado digitalmente



JONADABY DE CASTRO ALVES  
Data: 13/05/2024 11:17:51-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente



DENILSON RODRIGUES DA COSTA  
Data: 13/05/2024 11:15:38-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Empregador (Firma reconhecida)

Empregado (Firma reconhecida)

*Tereza Emilia Barreto Couto Carneiro*  
Tereza Emilia Barreto Couto Carneiro  
Assessora Técnica CRQ-X

Espaço reservado para  
reconhecimento de Firma

### IMPORTANTE:

01. A presente Comunicação de Responsabilidade Técnica deverá ser entregue em 3 vias. Assinaturas com firma reconhecida
02. Anexar 3 cópias do registro do empregado ou do Contrato de Trabalho.
03. Caso ocorra a dispensa ou saída do Profissional, a Firma e o Profissional deverão comunicar ao CRQ-X imediatamente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA 10<sup>a</sup>. REGIÃO  
Rua Floriano Peixoto, 2020 Bairro José Bonifácio – CEP 60.025-131  
Fortaleza – Ceará Fones: 85 3226 4958 - 85 3253 1607  
E-mail: [crqx@crqx.org.br](mailto:crqx@crqx.org.br) / [rt@crqx.org.br](mailto:rt@crqx.org.br) [www.crqx.org.br](http://www.crqx.org.br)

***ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - ART  
Nº. 911/2024***

Conforme R.N. Nº. 47, de 24.08.1978, do Conselho Federal de Química, consta nos livros de registro deste Conselho, que o Técnico em Meio Ambiente **DENILSON RODRIGUES DA COSTA**, registrado neste Conselho Regional de Química da 10<sup>a</sup>. Região, sob o número 10.400.0622, de acordo com a Lei Nº. 2.800, de 18.06.1956, comunicou a este Conselho Regional de Química, em obediência ao Decreto-Lei 5452, de 01.05.1943, da CLT a seguinte atividade:

• *Serviços de Controle sinantrópicos: baratas, formigas, cupins, moscas, aranhas, ratos, camundongos, ratazanas, mosquitos, pulgas, taturanas, lacraias, entre outros que possam ter relação danosa à saúde pública, utilizando serviços de dedetização, desratização e descupinização e outros meios que se fizerem necessários. Conforme Contrato Nº 696/2022.* Para a **SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ-HOSPITAL SÃO JOSÉ DE DOENÇAS INFECIOSAS**, inscrita no CNPJ sob Nº. 07.954.571/0035-53, serviço realizado pela empresa AJ SERVIÇOS LTDA - ME, registrada neste CRQ-X sob número 4.710, exercida conforme atribuições profissionais constantes da RN Nº. 36, de 25.04.1974, do Conselho Federal de Química.

É o que consta, pelo que eu, Tereza Emilia Barreto Couto Carneiro coordenei a presente ART que não contém emendas, rasuras e entrelinhas, aos seis dias do mês de Junho do ano dois mil e vinte e quatro. **VALIDO ATÉ 06/12/2024**.

JOAO ALDESIO PINHEIRO Assinado de forma digital por JOAO  
ALDESIO PINHEIRO  
HOLANDA:00214043304 HOLANDA:00214043304  
Dados: 2024.06.06 11:21:13 -03'00'

João Aldésio Pinheiro Holanda  
Vice-Presidente em Exercício